

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir brevemente acerca do surgimento e das principais características da Ciência da Informação (CI) dentro do contexto do paradigma pós-custodial e da ciência pós-moderna. Para tanto, fez-se um breve histórico das origens da CI, desde as práticas biblioteconômicas, arquivísticas e documentárias, do paradigma custodial tecnicista às práticas do paradigma pós-custodial e social, vivido posteriormente por essa nova ciência. A partir da análise de literatura foi possível observar a CI como uma ciência pós-custodial e contemporânea, uma ciência preocupada com as questões sociais da informação, dando espaço para um debate em que usuário e sistemas de recuperação da informação não devem ser vistos de forma isolada. No entanto, percebe-se que a CI não rompe completamente com os aspectos técnicos e pragmáticos da modernidade, assumindo, portanto, esse caráter de ciência social e aplicada.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Ciência pós-moderna; Paradigma pós-custodial

Abstract: The present paper aims to briefly discuss the emergence and the main characteristics of Information Science (IS) within the context of the postcustodial paradigm and postmodern science. In order to do so, a brief history of the origins of IS was made, from the archival and documentary library practices, from the custodial technicist paradigm to the practices of the postcustodial and social paradigm, later lived by this new science. From literature analysis it was possible to observe IS as a postcustodial and contemporary science, a science concerned with social information issues, giving space for a debate in which user and information retrieval systems should not be seen in an isolated way. However, it is noticed that the IS does not break completely with the technical and pragmatic aspects of modernity, assuming, therefore, the character of social and applied science.

Keywords: Information Science. Postmodern science; Postcustodial paradigm

1. Introdução

A Ciência da Informação (CI), considerada por muitos teóricos como uma ciência ainda jovem, tem sido palco de várias discussões acerca de sua epistemologia, teorias, paradigmas, objeto e métodos. Nesse ínterim, percebem-se dois modelos teóricos e paradigmáticos em que tal ciência pode ser discutida.

O primeiro diz respeito ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista, e tecnicista, diretamente ligado às práticas biblioteconômicas e arquivísticas decorrentes dos ideais iluministas e da Revolução Francesa, que contribuiu para dar maior visibilidade às bibliotecas e aos arquivos como repositórios de informação, sendo estes um produto da Modernidade (RIBEIRO, 2004, 2005). O segundo modelo teórico, por sua vez, diz respeito ao paradigma pós-custodial, em que os aspectos sociais da CI são mais fundamentados e discutidos, caracterizando-a como uma ciência pós-moderna.

Na perspectiva de Silva *et al.* (1998) o paradigma custodial é demarcado por duas fases. A **sincrética custodial**, diretamente ligada às origens e à formação do campo de Informação; a fase **custodial técnica**, com ênfase na profissionalização e nas práticas de organização da informação. Já o paradigma pós-custodial é demarcado pela fase científica,

que considera os aspectos sociais da informação e compreende as tecnologias de informação e comunicação de forma holística e não como algo isolado e estático.

Devido à natureza interdisciplinar da ciência aqui em discussão, não é possível defini-la apenas numa única perspectiva. Isso porque seu objeto tende a ser utilizado em diferentes contextos, envolvendo diferentes áreas e disciplinas, e que requer abordagens e métodos específicos para trabalhar esse objeto que é a informação.

Ressalta-se que não é tarefa fácil analisar o percurso histórico da CI, pois a mesma não possui uma origem histórica definida, do mesmo modo que não possui um fundador que seja consenso pelos pesquisadores. Há, portanto, apenas algumas discussões acerca da identidade da área (MORAES, 2013). A este aspecto acrescenta-se a contribuição de Ribeiro (2010:63) quando comenta que:

Os consensos científicos sobre a natureza e identidade científica da CI são, ainda hoje, problemáticos, uma vez que a sua construção disciplinar não ocorreu simultaneamente e da mesma forma em todos os países e contextos, tornando, portanto, muito variável o seu grau de desenvolvimento e dificultando um entendimento unívoco sobre o próprio campo disciplinar.

Nesse sentido, percebe-se que há uma grande variedade de definições, ora similares ora antagônicas que corroboram para firmar a CI como um campo multidisciplinar em que cabe tanto uma visão pragmática e tecnicista quanto uma visão humanista e social. A primeira relacionada à prática e à técnica propriamente dita, aplicada aos acervos dos centros de informação e a segunda relacionada à função social desses centros, uma vez que existem não só para obter e guardar informação, mas para disseminá-las à sociedade em geral. E, também, considera os aspectos socioculturais do usuário no contexto dos sistemas de organização e recuperação da informação.

Sendo assim, a técnica está atrelada ao uso, de modo que é aplicada para satisfazer a necessidade de uma ou mais pessoas. Logo possui, por si só, uma função social. Para enfatizar essa idéia, consideremos o conceito dado por Boroko (1968) à ciência da informação, em que esta tem como objeto de investigação as propriedades gerais e o comportamento da informação visando à otimização de seu *acesso e uso*. Considerando também os apontamentos de Saracevic (2004) de que a recuperação da informação é a principal atividade da CI e que esta surgiu para resolver os problemas sociais da informação, possuindo forte dimensão social e humana, percebemos tanto características de uma ciência aplicada quanto social, e por que não dizer tanto de uma ciência patrimonialista e tecnicista quanto pós-custodialista e contemporânea?

Vale salientar que embora a CI possua um aspecto social significativo, os estudos de natureza positivista e pragmática ainda estão presentes no seu cotidiano. No entanto, concorda-se que com as mudanças e exigências da atual sociedade, o campo da CI não se limita às técnicas e métodos de recuperação da informação da Biblioteconomia clássica, o que dá espaço para maiores discussões no que diz respeito à historicidade e à própria identidade da área.

Desta forma, o presente trabalho propõe, a partir da revisão de literatura, discutir a CI no contexto do paradigma pós-custodial e da ciência pós-moderna, a fim de contribuir para enfatizar com mais veemência o caráter social dessa área ainda em desenvolvimento. A

metodologia utilizada foi a revisão de literatura e foram utilizadas as seguintes fontes de busca: Brapci, BDTD/IBICT, Scielo e Google Scholar.

2. Antecedentes da CI: uma discussão no contexto historicista, patrimonialista e tecnicista

Observando as bases teóricas da CI no âmbito do paradigma custodial e tecnicista, considera-se que sua construção se deu a partir das práticas biblioteconômicas, documentárias e arquivísticas, que segundo Silva e Ribeiro (2002) estavam mais voltadas à preservação dos documentos oriundos desses centros informacionais e que perdurou com bastante incidência até o final do século XX, dando aos bibliotecários e arquivistas o estereótipo de guardiões de documentos.

Na perspectiva de Ribeiro (2004, 2005), o período custodial se caracteriza pela idéia do modelo francês, mais especificamente na Europa dos anos oitenta, que trouxe para os arquivos históricos a incumbência de guardar e preservar a memória da Nação, atribuindo àqueles um valor patrimonial e de bem cultural. Nesse contexto aplica-se aos arquivos a idéia de custódia que contribuiu para demarcar a fase sincrética e positivista das disciplinas predecessoras da Ciência da Informação.

Segundo Miranda (2010) a fase sincrética do paradigma custodial tem suas origens na Antiguidade desde a formação dos primeiros acervos de bibliotecas e arquivos que vai até a Revolução Francesa. A segunda fase diz respeito ao paradigma custodial-técnico, que surge a partir do século XIX, momento que marca a especialização das disciplinas de Biblioteconomia, Documentação e Arquivística, trazendo para estas, métodos e técnicas próprias no tratamento dos documentos.

Na Antiguidade, passando pela Idade Média, não existia um consenso que distinguisse os conceitos e métodos aplicados à organização dos documentos de arquivos e bibliotecas, fazendo com que estes acumulassem funções similares, sendo, portanto, critério de escolha na organização desses documentos a função que estes desempenhavam (MIRANDA, 2010). Os documentos de arquivo, por exemplo, possuíam um caráter sigiloso e de interesse administrativo, mas embora existissem esses critérios na adoção das práticas de bibliotecas e arquivos, eles não eram regulamentados e, não sendo oficializada a distinção entre a função desses locais, passou-se a imperar um sincretismo quanto à finalidade desses locais (MIRANDA, 2010).

Para Ribeiro (2004:3) a necessidade de organizar a informação em bibliotecas e arquivos se deu mediante as transformações das estruturas sociais e das administrações públicas e privadas, bem como a grande influência do poder político das classes dominantes no período custodialista e patrimonialista. Os interesses administrativos da época implicaram na arrumação ordenada dos acervos desses locais, fazendo com que estes elaborassem instrumentos de acesso como índices, catálogos e inventários, por exemplo (RIBEIRO, 2004).

Contudo, a evolução dos sistemas de informação, públicos e privados, desde as origens à Revolução Francesa, pode-se considerar que seguiu uma certa linearidade, sem rupturas estruturais e sem desvios muito significativos. A

concentração de informação/documentos em depósitos apropriados, e mais tarde, em serviços/unidades orgânicas dentro das instituições produtoras da informação – que além dos cuidados da conservação física também se encarregavam de gerir o acesso e o uso dessa informação – ocorreu sempre por razões instrumentais e operativas, servindo os interesses dos seus utilizadores mais frequentes, em regra, as respectivas entidades produtoras (RIBEIRO, 2004:3).

Miranda (2010:42) aborda que a fase de transição do paradigma custodial e sincrético para o custodial e técnico ocorreu devido a três aspectos importantes:

a) Inserção do valor secundário, para fins de pesquisa, no contexto dos Arquivos; b) Inserção do princípio de proveniência ou de respect des fonds com objetivos de reaver a sistematização orgânica dos arquivos desmembrados; c) Formação das associações profissionais de arquivos e bibliotecas, que culminou com a distinção dos métodos de arranjo e organização dos registros.

Vale frisar que ao longo do caminho percorrido pela CI até se instituir como ciência, de fato, pode-se dizer que a técnica em si foi por muito tempo o foco principal das disciplinas que antecederam tal área e até mesmo a própria Ciência da Informação que, segundo alguns cientistas, surgiu a partir da necessidade de se resolver os problemas de informação apresentados pela sociedade no período Pós-Guerra, em meados dos anos cinquenta (CAPURRO; HJØRLAND, 2007), apresentava um caráter muito tecnicista, pois sua maior preocupação era aplicar técnicas de organização e recuperação da informação, na tentativa de resolver o caos informacional que marcou esse período. Nesse sentido, a CI, em conjunto com as ciências da computação buscava desenvolver sistemas de recuperação da informação ótimos, a fim de tornar acessível apenas o que fosse relevante, possuindo, portanto, um caráter muito técnico e positivista.

É interessante ressaltar que a fase patrimonialista e histórico-tecnista das ciências documentais se encontra no período de transição em que o senso comum e o misticismo, característicos da Idade Média, deixaram de ser considerados como verdade absoluta para explicar os fenômenos do universo, ficando a cargo das leis científicas a explicação lógica desses fenômenos testados por verificação empírica.

Esse período de transição conhecido como Revolução Científica se deu em meados do século XVI se estendendo até o final do século XVIII, com as contribuições de Copérnico, Galileu e Newton, dando origem ao que chamamos de ciência moderna (SANTOS, 1988).

O modelo de racionalidade, que governa a ciência moderna, foi desenvolvido basicamente no domínio das ciências naturais até o século XVIII, e somente no século XIX esse modelo se estende também para as ciências sociais, sendo este novo paradigma o responsável pela luta contra todas as formas de dogmatismo da era medieval (SANTOS, 1988).

Considerando o fato de que o novo modelo de racionalidade da ciência moderna estava centrado no arcabouço das ciências naturais, especialmente na matemática. A matemática na ciência moderna considera que só é possível conhecer aquilo que é quantificável, e que aquilo que não é quantificável é irrelevante para a ciência (SANTOS, 1988).

Refletindo sobre os aspectos empíricos e positivistas da Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação (BAD) do período custodialista, Hottois (2002), Fidalgo (1997) e Becker (1994) citado por Miranda (2010) corroboram no seguinte:

[...] as bases empíricas de BAD, herdadas pela CI, são compreendidas numa estrutura patrimonialista eminentemente formada por disciplinas técnicas surgidas para atender às necessidades do cotidiano das Bibliotecas e Arquivos e, principalmente, para preservar as características de guardiães dos documentos.

Nessa perspectiva, podemos inserir estas disciplinas, marcadas pelas suas profissionalizações e elaboração de métodos bem definidos, no arcabouço da ciência moderna, uma vez que as práticas empíricas são suas características fundamentais.

Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro (2002), no livro intitulado *Das ciências documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, retratam muito bem a fase empírico-positivista das áreas que antecedem a CI, que por sua vez é característico da ciência moderna. Nessa obra, os autores discutem o percurso da CI, desde a definição do seu objeto, tanto numa perspectiva documental quanto social, desde as primeiras práticas documentais até sua institucionalização enquanto área do conhecimento, abordando, assim o processo de ruptura de um paradigma custodial e técnico para um paradigma científico e pós-custodial.

Pautando-se no aspecto técnico da CI, considera-se que suas origens remontam ao final de oitocentos, dando destaque às grandes contribuições de Paul Otlet ao desenvolver um Sistema de Classificação Universal (baseado na Classificação Decimal de Dewey, de 1876), e junto com seu colega de trabalho Henri La Fontaine fundou o Instituto Internacional de Bibliografia – IIB, firmando assim a área de Documentação (SILVA; RIBEIRO, 2002).

Outra contribuição de Otlet e La Fontaine foi o Repertório Bibliográfico Universal – RBU, sua primeira tentativa de reunir em um único catálogo, por meio de fichas, toda bibliografia produzida no mundo, ficando conhecido em 1928 por Mundaneum (SILVA; RIBEIRO, 2002). A esta perspectiva, acrescenta-se o pensamento de Shera (1980) citado por Miranda (2010:49), o qual argumenta que a idéia do RBU estava voltada ao Controle Bibliográfico Universal (CBU), isto é, à medida que se reunia em fichas separadas todas as obras dos diversos autores existentes no mundo, possivelmente, existiria um controle de tudo o que estava sendo produzido, ou seja, um Controle Bibliográfico Universal.

Com o RBU, Otlet e La Fontaine quebraram o paradigma tradicionalmente vivido pelas bibliotecas de reunir apenas documentos físicos, trazendo para estas a idéia de centro disseminador de informação (SILVA; RIBEIRO, 2002).

A partir do discurso até aqui desenvolvido, é possível observar uma estreita relação entre o paradigma custodial e tecnicista vivido no período da Modernidade com os paradigmas (físico e cognitivo) de Capurro (2003). Para maior esclarecimento, o paradigma físico é aquele preocupado com a transmissão da mensagem, onde se tem um transmissor e um receptor. Trata-se de um paradigma baseado numa epistemologia fisicista, fortemente influenciado pela Teoria Matemática de Shannon e Weaver e, também, pela Cibernética de Wiener. Seu principal objetivo é a transmissão de sinais, excluindo o usuário enquanto ser

ativo na recuperação da informação (CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2009; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013).

Quanto ao paradigma cognitivo, este inclui a cognição humana no processo de comunicação. Surge da necessidade de diferenciar o conteúdo (conhecimento) dos registros dos documentos (informação), o que já havia sido pensado pelos belgas Oltet e La Fontaine na década de 30, a partir da idéia de construir uma bibliografia universal. Daí sua estreita relação com a Documentação. Também recebe forte influência da equação fundamental da Ciência da Informação de Brookes (1980) $K(S)+\Delta K=KS+(s+\Delta S)\rightarrow\Delta I$ que representa a passagem de um estado anômalo do conhecimento para um novo estado de conhecimento (CAPURRO, 2003; ARAÚJO, 2009; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013).

Nesse paradigma nota-se um foco maior no comportamento e necessidade informacional do usuário, porém considerando apenas os conhecimentos apriorísticos do indivíduo, ignorando os critérios de subjetividade do mesmo, o seu estado de conhecimento dentro de um domínio e de um contexto específico. Ou seja, percebe-se a informação como algo separado do usuário enquanto ser social e cultural (CAPURRO, 2003; GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012; MORAES, 2013). Observa-se, então, uma visão muito pragmática e tecnicista desses dois paradigmas de Capurro (2003) como visto no paradigma custodial-sincrético e custodial-técnico da modernidade.

Considerando o uso da informação numa perspectiva mais dinâmica e social, é possível perceber o início de uma leve ruptura com o paradigma custodial praticado pelas ciências documentárias. Ribeiro (2005, p. 6) afirma que “num contexto informacional e tecnológico o paradigma tradicional entrou em crise, mas também despoletou, no seu próprio seio, os factores de mudança necessários à superação da própria crise”.

Ou seja, o paradigma custodial já não conseguia atender às expectativas do novo modelo de pensamento trazido pelos avanços tecnológicos ocorridos no século XX, que tem o seu objeto (informação) como um fenômeno humano e social (RIBEIRO, 2004). Essas novas mudanças e maneira de pensar foi que contribuiu para o surgimento do paradigma que ficou conhecido como científico e pós-custodial ou conforme Capurro (2003) paradigma social, vivido na pós-modernidade.

2.1. A crise do paradigma e a construção de uma Ciência da Informação pós-moderna

Na perspectiva de Thomas Kuhn (1998:13) paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

Com relação à crise do paradigma, Thomas Kuhn (1998), aponta que essa acontece quando os métodos e técnicas do paradigma dominante não conseguem resolver um problema detectado, o que provoca uma série de questionamentos, fazendo surgir um novo candidato a paradigma que, se for aceito pela comunidade de cientistas, pode ocasionar uma revolução científica (KUHN, 1998).

Trazendo essa idéia de paradigma para o contexto da CI, percebemos que suas origens remontam ao período marcado por um paradigma custodialista e tecnicista vivido pelas

disciplinas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, que foram suas antecessoras. Mas foram os grandes feitos de Paul Otlet e La Fontaine no desenvolvimento da Documentação que contribuíram fortemente para a construção do modelo de CI que temos hoje. Nesse sentido, Silva e Ribeiro (2002:47) compreendem que:

O desenvolvimento que a documentação veio a sofrer, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), está bem fundamentado em alguns estudos que pretendem analisar as origens e a evolução da CI, pois é também bastante consensual a idéia de que houve uma linha de continuidade entre uma e outra, tendo a C. I. derivado naturalmente da documentação.

Considerando que a “[...] documentação não se restringia a contextos e a categorias de profissionais específicos, mas sim a uma vasta área que envolvia todos os que lidavam com a informação, nos mais diversos suportes [...]” (SILVA; RIBEIRO, 2002:50).

No âmbito da Arquivologia, por exemplo, as mudanças de paradigmas são observadas por Schmidt (2012) citado por Soares, Pinto e Silva (2015:27) da seguinte forma:

No campo da Arquivologia existem diferentes perspectivas, sendo que algumas movimentam-se em direção do deslocamento da abordagem “tradicional” e “custodial”, preocupada com os documentos históricos e o suporte físico, para uma “pós-moderna” e “pós-custodial”, voltada para a informação e o processo de produção documental.

Percebe-se, então, que o documento em si já não era mais o principal objeto das disciplinas antecessoras da CI, mas sim a informação contida nesses documentos. Com isso houve a emergência de um novo modelo de pensamento e a necessidade de uma nova ciência que viesse a dar suporte às práticas de organização, recuperação e disseminação da informação.

Eis que, entre a década de 50 e 60 do século XX, surge a Ciência da Informação, jovem área científica que busca estudar os “diversos fenômenos relacionados com a informação, mais do que a própria informação” (SILVA; RIBEIRO, 2002:55).

Nessa perspectiva, Capurro e Hjørland (2007) enfatizam que a CI é uma disciplina emergente do período marcado pelos grandes avanços tecnológicos provenientes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a produção excessiva de informação técnica e científica, em meados do século XX, trouxe à tona a necessidade do surgimento de uma ciência que tivesse por objeto de estudo as propriedades gerais da informação, buscando apoio nas tecnologias da informação para resolver o problema do caos documentário ocasionado pelo crescimento exponencial da produção técnica-científica.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Souza (2015:32-33) aponta que:

Os fundamentos históricos da Ciência da Informação se encontram nos domínios da revolução técnico-científicas dos séculos XIX e XX, em um contexto amplo de profundas transformações econômicas, políticas e sociais, que resultaram na emergência do modelo capitalista de desenvolvimento informacional e na reestruturação de todo o tecido social. O primeiro século é marcado pelo crescimento da informação registrada, no seio da Revolução Industrial, em toda Europa; o segundo, por sua vez, caracteriza-se pela

crescente produção técnico-científica, notadamente nos EUA, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

Diante disso, nota-se que a CI surge em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocasionadas pelo fortalecimento e crescimento das indústrias de informação onde a ciência e a tecnologia encontraram reforços para se desenvolverem.

Para Borko (1968:2, grifo nosso) sobre a CI, é possível esclarecer que:

Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia e a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares. Tem tanto um componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos [...] sendo a **biblioteconomia e a documentação produtos de aplicação da ciência da informação**.

A concepção de Borko acerca da CI nos permite refletir sobre o caráter aplicado herdado por tal ciência através da Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. Nesse ponto, é interessante perceber que mesmo surgindo num período de transição da ciência moderna para a pós-moderna, a CI não rompeu totalmente com o paradigma custodial e técnico, enfatizando ainda mais seu caráter de ciência social e aplicada.

De acordo com Jencks (1989 *apud* KUMAR, 2006), a pós-modernidade é consequência do desenvolvimento tecnológico, da explosão da informação, que traz a necessidade do conhecimento organizado para comunicar apenas o que for relevante, está também relacionada às comunicações mundiais e ao desenvolvimento da cibernética.

Foi com a explosão da informação que começou a inquietação de muitos cientistas na tentativa de resolver o caos informacional provocado pelo impacto das tecnologias, principalmente no período do pós-guerra, da década de 50 do século XX.

O surgimento da Ciência da Informação para tentar resolver esse problema informacional, a priori tinha um caráter muito técnico, empírico e positivista, mas novas reflexões começam a surgir acerca do seu objeto de estudo (informação social) que necessita de métodos e ferramentas diferentes dos encontrados na Biblioteconomia clássica (MIRANDA, 2010).

A informação enquanto objeto social é definida por Silva e Ribeiro (2002:37) como “[...] um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material [...] e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”.

Esse caráter dinâmico da informação traz para a CI um “papel social mediador, de extrema relevância, especialmente na sociedade em rede ou digital que está em acelerada construção” (RIBEIRO, 2010:64). Além disso, essa dinamicidade pode ser vista nas propriedades da informação formulada por Silva e Ribeiro (2002:42):

- **estruturação pela acção** (humana e social) – o acto individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;

- **integração dinâmica** – o acto informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas do sujeito da acção;
- **pregnância** – enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da acção fundadora e modeladora da informação;
- **quantificação** – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;
- **reprodutividade** – a informação é reprodutível sem limites, possibilitando a subsequente retenção/memorização; e
- **transmissibilidade** – a reprodução informacional é potencialmente transmissível e comunicável.

Em análise dessas propriedades, compreende-se que todas interagem entre si, e corroboraram para enfatizar ainda mais o carácter dinâmico e social da informação.

Para Araújo (2003), a ciência da informação enquanto ciência social se aproxima do modelo positivista funcionalista, estudando a realidade social de modo estatístico e quantitativo, buscando através dos estudos de usuários, compreender as invariantes cognitivas para a construção de sistemas de informação.

A questão da subjetividade é importante para compreender as diferentes realidades, isso implica dizer que “os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais” (ARAÚJO, 2003:25).

A CI do paradigma pós-custodial, científico e social, “não só armazena, preserva e organiza, mas, principalmente, se preocupa com a episteme, teoria e métodos próprios; com os produtos e serviços de Informação, origem e comportamento, melhoria e uso” (MIRANDA, 2010:91).

Ou seja, “a CI do Paradigma Pós-custodial conjuga da ideia de Schwartz (2002), segundo o qual a ciência não é uma questão de objetividade, mas de argumentação, persuasão, com narrativas que constroem as relações do ser humano” (MIRANDA, 2010:91).

Ao surgir em um período de transição da Documentação para atender as necessidades do paradigma emergente pós-custodial, a CI parece nascer para resolver as demandas de transmissão de mensagens, problema advindo dos avanços tecnológicos e das ciências contemporâneas, que coloca um dualismo paradigmático em seu arcabouço, envolvendo-a tanto num Paradigma Custodial quanto Pós-Custodial (MIRANDA, 2010).

Para Miranda (2010:92) “O Paradigma Pós-custodial da CI promove um trabalho de coordenação, que reafirma sua função social, o dever com a ética e com a promoção de um fluxo de informações para o público”.

Tal paradigma tem forte relação com o **paradigma social** de Capurro (2003), pois diferentemente da perspectiva fisicista e cognitiva, que ignoravam a subjetividade dos indivíduos e seus diferentes contextos no processo de RI, a perspectiva social desse novo

paradigma compreende que os SRI não podem ser desenvolvidos desconsiderando os usuários em seus contextos sociais e culturais. Ou seja, a informação tratada pela CI nesse paradigma considera os domínios do conhecimento, as comunidades discursivas e suas diferentes necessidades de informação.

Finalmente, concorda-se com as palavras de Wersig (1993:229) para o qual a CI “é um protótipo de ciência pós-moderna, portanto, não é uma ciência clássica, e surge mais pela necessidade de criar estratégias para solucionar problemas causados pela ciência e pela tecnologia”. Isso implica dizer que as práticas das disciplinas clássicas, tais como da Biblioteconomia e Arquivologia, por exemplo, não conseguiam atender as necessidades dos fluxos informacionais da sociedade científica e tecnológica, pois as antigas práticas se limitavam a construção de instrumentos voltados ao tratamento de acervos físicos e isso já não atendia as necessidades da nova realidade (RIBEIRO, 2010; MORAES, 2013).

Contudo segundo Saracevic (1995) a CI da década de 60 e 70 ainda possuía um enfoque muito técnico, preocupando-se com o comportamento da informação relacionado à sua gênese, coleta, organização, transmissão e uso e, só na década de 90, é que as questões científicas da área e a prática profissional tiveram um direcionamento para o contexto social da informação e as necessidades informacionais do usuário (GOUVEIA JÚNIOR; SANTOS, 2012).

Diante dessa discussão, podemos considerar a CI como uma ciência pós-custodial e contemporânea, com características tanto de uma ciência social quanto aplicada. Seu caráter aplicado diz respeito aos métodos e técnicas empregados ao objeto para seu acesso e uso, enquanto que seu caráter social implica na compreensão da informação enquanto fenômeno social e humano. Portanto, compreendendo a ciência pós-moderna como um movimento que surge da superação de um paradigma em crise, dominante do século XVIII, para um paradigma que busca compreender as questões humanas e sociais (SANTOS, 1988), é perceptível a aproximação da CI com esse novo modelo científico.

3. Considerações finais

No presente trabalho foi discutido brevemente o percurso trilhado pelas ciências documentais, desde as práticas de guarda e ordenação de acervos, praticados pelas bibliotecas e arquivos do período custodial e, também, discutiu-se sobre a trajetória da Ciência da Informação desde seus aspectos mais técnicos, herdados das disciplinas clássicas como Biblioteconomia e Arquivologia, aos aspectos sociais identificados na sociedade científica e tecnológica da pós-modernidade.

Sobre o paradigma custodial da fase sincrética, acredita-se que tinha como objetivo a supervalorização da custódia e/ou guarda dos documentos para a preservação da memória. A fase custodial e técnica buscava resolver os problemas de recuperação e disseminação da informação das Bibliotecas, Arquivos e Centros de Informação (RIBEIRO, 2005).

Com relação ao paradigma pós-custodial, este surgiu no período de transição de uma sociedade moderna para uma sociedade contemporânea. Uma sociedade científica e tecnológica em que os métodos desenvolvidos no período anterior já não conseguiam atender as necessidades da atual realidade.

No paradigma pós-custodial, pensou-se não somente em resolver os problemas técnicos relacionados à recuperação da informação, mas trabalhar a informação nos diversos contextos sociais e culturais, buscando satisfazer as necessidades de informação sentidas pelos usuários. Nesse paradigma a informação passou a ser compreendida como um fenômeno humano e social e as Unidades de Informação passaram a ser vistas não só como Instituições de Memória, mas como Instituições Sociais.

Conforme a revisão e análise da literatura aqui realizada, foram identificadas algumas características básicas em ambos os paradigmas, a saber: **paradigma custodial: a)** supervalorização da custódia, guarda e/ou proteção de documentos para preservar a memória; **b)** busca resolver os problemas de disseminação e recuperação da informação em acervos; **c)** métodos e técnicas bem definidas para atender as necessidades das bibliotecas, arquivos e centros de informação; **d)** o objeto informação é visto como algo estático, fixado em determinado lugar, com fluxo uniforme e unidirecional; **e)** o profissional da informação possui uma identidade sólida, ou seja, trabalha em arquivos, bibliotecas e museus, por exemplo.

Já o **paradigma pós-custodial** possui as seguintes características: **a)** trabalha a informação nos diversos contextos sociais e culturais; **b)** compreende a informação como um fenômeno humano e social; **c)** a informação é vista em forma de fluxos disseminados e não como algo estático; **d)** os sistemas de busca e recuperação da informação não são vistos de forma isolada dos seus usuários; **e)** existe maior preocupação com as necessidades de informação dos indivíduos, daí o surgimento de disciplinas com esse enfoque; **f)** as unidades de informação não são consideradas apenas Instituições de Memória, mas também Instituições Sociais e; **g)** o profissional da informação não possui uma identidade fixa, ou seja, não é preditivo apenas dos bibliotecários, arquivistas e museólogos trabalhar com a informação, o que de certa forma gera uma crise de identidade desses profissionais (VALENTIM, 2002).

Sobre a CI é aceitável que a mesma ainda possua resquícios de uma ciência moderna devido ao seu aspecto aplicado e empírico positivista. No entanto, considerá-la como uma ciência moderna seria reduzi-la apenas às questões técnicas, o que implica, conseqüentemente, na redução do seu objeto de estudo que é a informação.

Pensar a informação apenas num paradigma tecnicista é desconsiderá-la como um fenômeno social, pois a técnica em si não consegue compreender o fenômeno, é preciso refleti-lo tanto no contexto social quanto cultural a fim de identificar e entender suas principais propriedades e os fluxos que as envolve.

Nesse sentido, acredita-se que a CI é uma ciência pós-custodial e contemporânea, à qual cabem tanto os aspectos empíricos e técnicos de uma área aplicada quanto os aspectos de uma área social. A esta concepção, vale atentarmos para os achados de Miranda (2010:91) que menciona o seguinte:

O Paradigma Pós-custodial da CI promove um trabalho de coordenação, que reafirma sua função social, o dever com a ética e com a promoção de um fluxo de informações para o público. Fluxo que deve ser confiável, contínuo e faça parte do programa transdisciplinar de conceitos, teorias e leis relacionadas a CI.

Do ponto de vista da ciência pós-moderna, a CI está estritamente relacionada às questões epistemológicas estudadas dentro dos contextos sociais e culturais da humanidade, tendo como propósito não apenas resolver os problemas sociais da informação, isto é, desenvolver sistemas de RI eficientes, mas estudar as propriedades gerais da informação dentro das diferentes esferas sociais e culturais.

É importante salientar que a CI ainda é uma ciência ainda jovem e que possui um objeto de estudo muito complexo (a informação). Nesse sentido, Saracevic (1995:7) argumenta que “os problemas mundiais de informação não estão de modo algum diminuindo, mas se alterando... alguns deles colocam muitos desafios e questões para a ciência da informação, para sua pesquisa, prática profissional e educação”.

Sobre estes problemas, o autor formula as seguintes perguntas: “Quais formas se mostram mais promissoras para solucionar a série de problemas de informação? Como poderemos ter uma compreensão mais profunda dos problemas tratados? E finalmente: como poderemos oferecer melhores sistemas de informação e serviços para os usuários?” (SARACEVIC, 1995:7).

Diante dos questionamentos levantados pelo autor, a CI sempre terá grandes desafios para superar. Isso porque considerando a informação como um fenômeno humano e social e, portanto, complexo, a CI que tem tal fenômeno como seu objeto de estudo, ainda necessita percorrer longos caminhos para compreender plenamente esse objeto. Pois à medida que as estruturas sociais se transformam, o fenômeno informação acompanha o ritmo e se transforma também. As respostas para as perguntas de outrora já não servem mais, uma vez que quando surgem novos problemas, surgem novas perguntas e que requer novas respostas.

Conclui-se que o objetivo desse trabalho foi alcançado, pois realizou-se um breve percurso das origens da CI, desde suas características mais pragmáticas herdadas do período clássico e moderno até chegarmos à CI dos dias atuais. A partir desse percurso foi possível discutir a CI no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade como proposto.

Percebe-se a CI como uma ciência pós-moderna, de caráter social e aplicado em que suas práticas de informação não se limitam ao tratamento de acervos como visto nas ciências documentais. Na realidade, novos temas têm sido palco de interesse dessa área em desenvolvimento, os quais pode-se citar (estudos de usuários, comportamento informacional, comunicação científica e acesso aberto, ontologias, folksonomia, entre outros). Nota-se que estes assuntos são característicos de uma CI contemporânea, de uma sociedade científica e tecnológica.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. A. A.

2003 A Ciência da Informação como ciência social. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:3 (set./dez. 2003) 21-27. [Consult. 20 maio 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>.

ARAÚJO, C. A. A.

2009 Correntes teóricas da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 38:3 (set./dez. 2009) 192-204. [Consult. 20 maio 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>.

BORKO, H.

1968 Information Science: whats is it? *American Documentation*. [Em linha]. 19:1 (jan. 1968) 3-5. [Consult. 19 jun. 2016]. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/artigo-01.pdf>.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B.

2007 O Conceito de Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 12:1 (jan./abr. 2007) 148-207. [Consult. 5 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt.

GOUVEIA JÚNIOR, M.; SANTOS, R. N. M.

2012 Mudança de paradigma e sua ruptura: um estudo de caso na Museologia e a pluralidade paradigmática da Ciência da Informação. *TransInformação*. [Em linha]. 24:2 (maio/ago. 2012) 117-126. [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-37862012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt.

KUHN, Thomas S.

1998 *A Estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KUMAR, K.

2006 *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MIRANDA, M. K. F. O.

2010 *O Acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da intencionalidade para a findability*. [Em linha]. 2010. [Consult. 8 jun. 2016]. Tese de doutorado – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <https://repositoriabeto.up.pt/handle/10216/50422>.

MORAES, M. B.

2013 A Ciência da Informação nos caminhos do contemporâneo. *Ponto de Acesso*. [Em linha]. 7:2 (ago. 2013) 2-24. [Consult. 5 out. 2018]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/5199/6132>.

RIBEIRO, F.

2010 Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Informação e Sociedade: estudos*. [Em linha]. 20:1 (jan./abr. 2010) 63-70. [Consult. 5 mar. 2018]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/4440>.

RIBEIRO, F.

2005 Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. *Boletim cultural – Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. [Em linha]. 1 (2005) 129-133. [Consult. 23 jun. 2018]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000>.

RIBEIRO, F.

2004 Gestão da informação vs Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In *Conservar para quê? : Mesa-redonda de Primavera*. [Em linha]. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. [Consult. 23 jun. 2018]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF>.

SANTOS, B. S.

1988 Um Discurso sobre ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*. [Em linha]. 2:2 (maio/ago. 1988) 46-71. [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007.

SARACEVIC, T.

1995 Interdisciplinary nature of Information Science. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995). [Consult. 11 abr. 2018]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.

2002 *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. [et al.]

1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998.

SOUZA, E. D.

2015 *A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivos do campo científico e do objeto de estudo*. Maceió: Edufal, 2015.

WERSIG, G.

1993 Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Process and Management*. 29:2 (1993) 229-239.

Elisângela Vilela dos Santos | elisangela.vilela.s@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil